



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1654707 - RS (2020/0019318-0)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER - RS063931**  
**DIEGO SOUZA GALVAO - RS065378**  
**CRISTIANE BENITES MICHEL KAMPFF - RS063427**  
**AGRAVADO : OLIVIA FINGER - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : DULCE TERESINHA FINGER - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADOS : MOACIR LEOPOLDO HAESER - RS045143**  
**AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de adimplemento contratual em fase de cumprimento de sentença em razão de contrato de participação financeira.
2. Ausentes os vícios do art. 1022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
4. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por OI S.A fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em: 20/11/2019.**

**Concluso ao gabinete em: 21/02/2020.**

**Ação:** adimplemento contratual em fase de cumprimento de sentença apresentada por OLIVIA FINGER em face da agravante, em razão de contrato de participação financeira decorrente plano de expansão telefônico.

**Decisão interlocutória:** determinou a liberação de valores em favor

da credora, ora agravada.

**Acórdão:** negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. OI S/A. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CRÉDITO LÍQUIDO CONCURSAL.

1. Preliminar de inépcia recursal por ausência de impugnação aos fundamentos da sentença. Rejeição. Possível verificar, da leitura da petição inicial do agravo de instrumento, as razões da inconformidade da parte devedora/agravante, razão pela qual rejeito a preliminar contrarrecursal.

2. Crédito concursal. Fato gerador anterior a 20.06.2016, data do pedido de recuperação judicial da devedora. Situação que se amolda ao disposto no art. 49, caput, da Lei n.º 11.101/2005, estando sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. Orientação do juízo da recuperação judicial, através do Ofício 613/2018/OF: Os processos que tiverem por objeto créditos concursais devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito, que deve ser atualizado até 20.06.2016. E deve ser observada uma das seguintes hipóteses, a saber: a) com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, o Juízo de origem deverá emitir a respectiva certidão de crédito e extinguir o processo para que o credor concursal possa se habilitar nos autos da recuperação judicial e o crédito respectivo ser pago na forma do Plano de Recuperação Judicial, ficando autorizada a liberação de eventuais valores depositados diretamente à devedora, consoante orientação do Juízo da Recuperação Judicial, através do Ofício nº 2018-GAB, endereçado à Câmara; ou, b) havendo valores espontaneamente depositados antes de 21/6/2016, com expressa finalidade de pagamento ou incontroversos pela preclusão ou pelo trânsito em julgado da decisão em sede de impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos, operados também anteriormente àquela data, possível é o pagamento de pronto à parte credora nos autos de origem, mediante a expedição de alvará, nos termos do acórdão proferido no AI.0034576-58.2016.8.19.0000, do TJRJ. Caso dos autos que se amolda à hipótese vertida na alínea b supra.

3. Litigância de má-fé. Ausente conduta temerária da devedora, que apenas se vale dos instrumentos postos a sua disposição pelo sistema processual vigente, rejeito a pretensão contrarrecursal de aplicação da penalidade. PRETENSÕES CONTRARRECURSAIS REJEITADAS.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

**Embargos de Declaração:** opostos pela agravante foram desacolhidos.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 1.022, do Código de Processo Civil; 49 e 59, da Lei 11.101/2005. Além de negativa de prestação

jurisdicional, insurge-se contra a determinação de liberação dos valores, aduz que o crédito é ilíquido e, portanto, deve ser submetido à recuperação judicial.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

**Julgamento:** aplicação do CPC/15.

**- Da violação do art.1.022 do CPC/15.**

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, acerca dos supostos pontos omissos quanto à possibilidade de liberação dos valores em razão do cumprimento dos requisitos exigidos pelo juízo da recuperação judicial, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

**- Do reexame de fatos e provas**

Recentemente foi proferida decisão no processo de recuperação judicial (Embargos no Agravo de Instrumento nº. 0034576-58.2016.8.19.0000 julgado pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), em que esclarecidos os requisitos para a suspensão do processo, sendo agora possível a liberação de valores em alguns casos específicos: (a) Quando o depósito

judicial/bloqueio tenha sido realizado pela OI S/A em data anterior a 21.06.2016 e, (b) Quando acontecer quaisquer das seguintes situações: (i) o depósito tenha sido feito com a expressa finalidade de pagamento pela OI S/A antes de 21/06/2016; (ii) já tenha ocorrido o trânsito em julgado de embargos à execução ou da impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016, ou (iii) já tenha ocorrido a preclusão do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016.

O acórdão recorrido concluiu que:

“Isto porque a sentença proferida na impugnação ao cumprimento de sentença, confirmada por Acórdão (AI n.º 70052444528), transitou em julgado em 2013(fl. 668-677 da origem –fls. 1117-1126 do AI), enquanto o depósito foi realizado em 14/05/2012(fl. 764 da origem e fl. 1.236 do AI). (...) Destarte, merece manutenção a decisão recorrida.” (e-STJ, fl. 1332).

Dessa forma, para se entender de forma diferente e acolher a pretensão recursal, seria necessário o revolvimento de elementos fático-probatórios dos autos, o que atrai o óbice no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão NEGO-LHE PROVIMENTO.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, §4º, e 1.026, §2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

## Relatora